

UBERIZAÇÃO, TRABALHO DIGITAL E INDÚSTRIA 4.0

Viviane Vidigal¹
(UNICAMP, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v6i11.931>

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. 333 p. ISBN: 9786557170113.

Organizado por Ricardo Antunes, professor titular do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, o livro é uma coletânea de artigos sobre o trabalho digital, a uberização do trabalho, o fenômeno da Indústria 4.0 e seus impactos no mundo laboral e nas condições de trabalho e vida dos(as) trabalhadores(as). O trabalho digital é tema tratado contemporaneamente. A uberização, conceito abordado, é definida como “processo de individualização e invisibilização das relações de trabalho, que assumem a aparência de “prestação de serviços”, obliterando relações de assalariamento e de exploração” (Antunes, cap.1). O neologismo, a despeito de ter inspiração na emblemática empresa Uber, trata-se de uma tendência que atravessa o mercado de trabalho em uma dimensão global, envolvendo atualmente milhões de trabalhadores(as) pelo mundo, relevando a generalização e espraiamento pelas relações trabalhistas em diversos setores produtivos. Já a “indústria 4.0”, mencionada por diversos(as) autores(as), trata-se de proposta concebida para gerar um novo e profundo salto tecnológico no mundo produtivo, cuja expansão aponta para a ampliação dos processos produtivos cada vez mais automatizados e robotizados em toda a cadeia de valor, controlada digitalmente (Antunes, cap.1).

¹ Mestra em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde conclui o Doutorado em Sociologia. Pós-graduada em Direito do Trabalho pela UNISAL. Atualmente é professora visitante na Escola Superior de Direito (ESD), Brasil. É integrante do Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (GPMT), do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital e do Núcleo de Estudos “O Trabalho Além do Direito do Trabalho”. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2376-2916>. Email: v192482@dac.unicamp.br

A coletânea se desdobra em dezenove artigos de vinte e um importantes pesquisadores(as), dezessete brasileiros(as) e quatro estrangeiros(as), contendo pesquisas qualitativas, análises bibliográficas, etnografias, estudos de caso e, inclusive, investigações aos moldes da enquete operária de Marx. Os(as) autores(as) esquadriham e analisam as consequências decorrentes da expansão do universo maquínico-informacional-digital, em diferentes setores produtivos, revelando uma nova dimensão do mundo do trabalho precarizado.

No primeiro capítulo, "Trabalho Intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0", Ricardo Antunes abre a obra tecendo conexões entre a intermitência e a uberização, além de questionar se, com o advento da Indústria 4.0, estaríamos rumo à escravidão digital. O autor aponta para três hipóteses em desenvolvimento: a primeira hipótese, é a de que a principal forma experimental do capital se encontra no trabalho uberizado ou naquele vigente nas plataformas digitais. A segunda, que em plena era do capitalismo de plataforma, plasmado por relações sociais presentes no sistema de metabolismo antissocial do capital, ampliam-se formas pretéritas de exploração do trabalho, que remetem aos primórdios da Revolução Industrial, à fase primeva do capitalismo. Na terceira e última hipótese, sustenta o autor que estamos ingressando em uma nova fase de desantropomorfização do trabalho, caracterizada pela intensificação da subsunção real do trabalho à nova máquina-ferramenta-informacional.

No segundo capítulo, "O panóptico algorítmico da Deliveroo", Jamie Woodcock objetiva intervir no debate em torno do uso de algoritmos nas plataformas do trabalho. O autor aborda o uso dos algoritmos na Deliveroo, por meio de uma versão atualizada da metáfora do panóptico.

O terceiro capítulo, "Trabalho Digital", de Mark Graham e Mohammad Amir Anwar é ancorado nas anteriores pesquisas empíricas dos autores sobre o trabalho digital, para delinear como a geografia é importante e para quem importa, em um mundo crescentemente digital. A geografia contemporânea do trabalho digital pode ser usada para explorar os trabalhadores, mas, conforme também argumentam os autores, ela pode abrir distintas possibilidades para os trabalhadores digitais recriarem seus próprios mundos do trabalho.

No quarto capítulo, "Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo", Vitor Filgueiras e Ricardo Antunes analisam características das mudanças que o mundo do trabalho vem experimentando, particularmente no que concerne à utilização das novas tecnologias e em relação à natureza e à processualidade dessas mudanças no controle, organização e regulação do trabalho por aplicativos e plataformas. Para tanto, desenvolvem argumentos: as supostas novas formas de organização são estratégias que mascaram o assalariamento. A recusa de vínculo empregatício é fenômeno praticado há décadas, mas as TIC potencializam e aprofundam o processo. A tecnologia supostamente torna a regulação tecnicamente mais fácil, no entanto, é apresentada pelas empresas como fator que inviabilizaria a proteção dos trabalhadores.

No quinto capítulo, "As condições de trabalho em plataformas digitais sob o prisma do direito ambiental do trabalho", Clarissa Ribeiro Schinestskck analisa as possibilidades de criação de condições de trabalho em plataformas digitais sob o prisma do direito ambiental do trabalho.

No sexto capítulo, "Plataformização do Trabalho: características e alternativas", Rafael Grohmann apresenta uma revisão bibliográfica de conceitos, trazendo definições e tipologias sobre a plataformização do trabalho.

No sétimo capítulo, "Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time", Ludmila Costhek Abilio introduz como ideia central que a uberização consolida a redução do trabalhador a um trabalhador just in time, a um autogerente subordinado, que arca com os riscos e custos de sua própria produção, sendo utilizado na exata medida das demandas do mercado.

No oitavo capítulo, "Indústria 4.0: empresas plataformas, consentimento e resistência", Marco Gonsales caracteriza e classifica o trabalho ofertado pelas empresas plataformas sob a dimensão da acumulação do capital, além de apresentar as dificuldades e alternativas dos trabalhadores do setor no aflorar da consciência e na organização de classe, enfatizando a importância dos movimentos de resistência à precarização.

No nono capítulo, "Uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008" Iuri Tonelo desenvolve uma indagação fundamental para o entendimento do alcance e do significado das transformações do mundo do trabalho da última década, ao observar o plano internacional: a dinâmica, o ritmo e o grau das transformações, a partir da crise de 2008, indicam que estaríamos vivendo uma nova reestruturação produtiva, superando qualitativamente o período neoliberal 1990, expondo os principais eixos do processo em curso na atualidade.

No décimo capítulo, "Contribuições críticas as sociologia do trabalho sobre a automação", Ricardo Festi contribui para um melhor entendimento da 4ª Revolução Industrial, apresentando definições e conceitualizações sob aspectos importantes do processo, mobilizando autores consagrados da sociologia do trabalho, em especial a francesa.

O décimo primeiro capítulo, "Um novo adeus à classe trabalhadora?", de Vitor Filgueiras e Sávio Cavalcante, tem como objetivo central contestar o novo adeus à classe trabalhadora que tem sido promovido por diferentes agentes nas últimas décadas, atualmente ainda mais propalado com o uso das novas tecnologias da informação e comunicação.

No décimo segundo capítulo, "A demolição dos direitos do trabalho na era do capitalismo informacional-digital", Luci Praun e Ricardo Antunes avançam na intelecção de como se desenvolveu o processo de precarização estrutural do trabalho na particularidade brasileira, indicando quais os principais significados da contrarreforma trabalhista em curso, no contexto da intensificação e aprofundamento do projeto neoliberal e de sua reorganização produtiva.

No décimo terceiro capítulo, "A indústria 4.0 na cadeia automotiva: A Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo", Geraldo Augusto Pinto traz um estudo de caso, de como elementos do propalado paradigma da Indústria 4.0 vêm sendo postos em prática pela Mercedes-Benz, em sua fábrica de São Bernardo do Campo.

No décimo quarto capítulo, "Trabalho digital e educação no Brasil", Fabiane Santana Previtali e Cílon César Fagiani problematizam os impactos da indústria 4.0, com especial atenção ao trabalho docente na educação básica no Brasil. A pesquisa discute a literatura

referente ao tema e analisa dados do INEP de 2012-2018, quanto aos perfil dos professores e tipo de vínculo trabalhista.

No décimo quinto capítulo, "Trabalho digital nos bancos", Arnaldo Mazzei Nogueira examina as transformações do trabalho nos bancos, observando-se a passagem de três padrões do capitalismo no que diz respeito à organização do trabalho e à gestão da força de trabalho nos serviços.

No décimo sexto capítulo, "A saúde das trabalhadoras do telemarketing e o trabalho on-line", Cláudia Mazzei Nogueira, em análise qualitativa, traz a voz das trabalhadoras de telemarketing e questões importantes sobre a saúde.

No décimo sétimo capítulo, "Walmartização do trabalho: a face cruel das tecnologias utilizadas nos hipermercados", Patrícia Rocha Lemos, a partir da experiência de estudo na rede de supermercados do Walmart Brasil, apresenta a importância do desenvolvimento de novas tecnologias do varejo para o controle de cadeia de valor e destacando de que maneira essas diferentes tecnologias impactam no setor.

No décimo oitavo capítulo, "A greve na Vale: transnacionalização e exploração do trabalho no Canadá", Thiago Trindade de Aguiar realiza uma investigação, estudo de caso, sobre a Vale S.A.

No décimo nono capítulo, "Ciberativismo e Sindicalismo em Call-Centers portugueses", Isabel Roque, em pesquisa realizada entre 2008 e 2018 com trabalhadores de call center, analisa lógicas laborais e práticas de resistência e organização do setor.

Os capítulos desnudam a corrosão do trabalho, derrelição de direitos e condições laborais precárias. Apresentando trabalhadores(as) sem vínculos empregatícios e sem uma rede de proteção, despojados(as) de grande parcela de direitos trabalhistas, sociais e fundamentais. As empresas plataformas se apresentam como mediadoras da oferta e da procura, apenas intermediárias entre o(a) trabalhador(a) e o(a) consumidor(a). Destacam os autores que mascarar, e assim negar o que efetivamente significam, tem sido um ingrediente central para seu sucesso (Filgueiras e Antunes, cap.4). Em verdade, são as detentoras dos meios de controle sobre o gerenciamento, a distribuição, a precificação, determinando as regras do negócio. O algoritmo, concebido e desenhado pelas empresas para controlar e gerenciar esse trabalho, é considerado invisível, tornando-se uma caixa preta, afastado do escrutínio do público, criando-se um imaginário de neutralidade e objetividade. Portanto, a percepção do controle é muito sutil, o que gera dificuldade do(a) trabalhador(a) reconhecer que está sendo controlado(a), engendrando uma sensação ilusória de liberdade (VIDIGAL, 2021). Dessa forma, sob a falsa aparência de autonomia, permeados(as) por insegurança, realizam jornadas extensas e intensas, sem a garantia de ao menos receber um salário-mínimo.

As disputas movem-se para o campo jurídico e político, possuindo um centro de gravidade ainda desfavorável às demandas e às necessidades dos trabalhadores. A despeito de estampar cenário negativo à "classe-que-vive-do-trabalho" (ANTUNES, 2003), os autores que contribuem nesta obra, tal como Antunes, Abilio e Gonsales, exploram as novas formas de associação, sindicalização e organização de trabalhadores, finalizando positivamente, vislumbrando novos horizontes se desenhando com o surgimento de uma nova morfologia da resistência.

A obra, além de ser uma referência aos pesquisadores do tema, se torna uma leitura essencial e necessária, ao contribuir para a consolidação dos debates trabalhistas contemporâneos. Fornecendo uma efetiva compreensão do significado real do trabalho nas plataformas digitais, ao clarificar conceitos, que visam contra-atacar as narrativas dominantes e contrapor-se ao léxico e à retórica empresarial acerca dessa organização laboral, especialmente porque, como ressaltam Filgueiras e Antunes (cap.4), a narrativa do capital é um elemento central para, ao escamotear sua natureza, alcançar com maior eficiência seus objetivos. Se debruçar a discutir o complexo mundo do capital do nosso tempo é parte da construção de uma contraposta à “escravidão digital” (ANTUNES, 2018), à precarização, aos vilipêndios aos direitos trabalhistas e ao desrespeito e descumprimento contumaz de direitos elementares.

Referências

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CASTRO, Viviane Vidigal de. As ilusões da uberização: um estudo à luz da experiência de motoristas Uber. 2020. 1 recurso online (303 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/343227/1/Castro_VivianeVidigalDe_M.pdf

VIDIGAL, Viviane. Game Over: a gestão gamificada do trabalho. **MovimentAção**, [S.l.], v. 8, n. 14, p. 44-64, ago. 2021. ISSN 2358-9205. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/15018/8029>>.

Submetido em: 09/09/2021

Aprovado em: 27/12/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)